



A «Praça dos Três Poderes», quando em construção

BENIVALDO DO NASCIMENTO

BRASÍLIA NA HISTÓRIA

A idéia da transferência da Capital surgiu na Inconfidência Mineira. Referências à interiorização da Capital são encontradas nos textos da Rebelião de Vila Rica, verificada há 169 anos.

Em 1808, as idéias que JOSÉ JOAQUIM DA SILVA XAVIER — o Tiradentes —, esposava começaram a ser defendidas por HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA FURTADO DE MENDONÇA, em Londres, na oportunidade em que foi lançado o primeiro número do periódico «Correio Brasiliense», sendo neste mencionado, pela primeira vez, a palavra BRASÍLIA.

No ano seguinte, WILLIAM PITT defendia a interiorização da capital, sugerindo a fundação da cidade de Nova Lisboa, no Planalto Central. «A Capital do Império, acentuava em 1810 o Conselheiro VELOSO DE OLIVEIRA, na apresentação de memória do Príncipe Dom João», deveria ser uma cidade nova, em sítio são, ameno e aprazível, devidamente planificada para evitar o confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas».

O Governo de São Paulo, em 1821, através de seus deputados às Côrtes de Lisboa, fazia proposta para a deslocação da capital para o interior, asseverando, então que «seria muito útil que se levantasse uma cidade central, no interior do Brasil, para assento da Côrte

ou Regência, que poderá ser na latitude de 15 graus, em sítio ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Na mesma proposição, o Governo paulista afiançava que «dêste modo ficaria a Côrte, ou assento da Regência livre de qualquer assalto ou surpresa, e se chamaria para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis».

A abertura de estradas convergindo para Brasília, hoje virtual realidade, já era mencionada na moção do governo paulista.

O nome BRASÍLIA surgiria novamente em 1822, numa plaquete intitulada «Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao Brasil», de autoria de ANTÔNIO CARLOS, Deputado às Côrtes de Lisboa.

José BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, grande entusiasta da transferência da sede do governo, apresenta à Assembleia Constituinte, em 9 de Junho de 1823, moção propondo o deslocamento da Capital para o «Reino de Goiás». José BONIFÁCIO, o Patriarca da Independência, argumentava que a construção da Capital geocêntrica traria a conveniência da ocupação imediata dos espíritos com uma empresa grandiosa, qual a fundação de BRASÍLIA. Seria ainda, ponderava



Pormento do «Palácio da Alvorada» (do exterior)

JOSÉ BONIFÁCIO, «o meio mais prático e o menos oneroso de promover a exploração e o desenvolvimento das riquezas econômicas do território nacional, cuja vastidão lhe proporcionava os benefícios de todos os climas e da diversidade e abundância da sua produção».

No mesmo ano, a interiorização da Capital foi defendida pelos insurretos da «Confederação do Equador».

O grande historiador ADOLFO VARNHAGEN, Visconde de Pôrto Seguro, em 1839, em memorável carta, incentiva os membros do Instituto Histórico a pugnam pela transferência da sede do Governo para o Planalto Central. Dez anos após, VARNHAGEN, em Lisboa, fazia publicar monografia em que, brilhantemente, defende as suas idéias sobre a interiorização da Capital.

O pensamento de VARNHAGEN influenciou os seus contemporâneos, inclusive o Senador HOLANDA CAVALCANTI que, calcado nas idéias do grande historiador, apresentou projeto de lei transferindo a Capital para o Planalto Central.

O projeto, face à pouca compreensão desse problema de suma importância para a economia nacional, com reflexos políticos, sociológicos, culturais, etc., foi, depois de longos e acirrados debates, arquivado. VARNHAGEN, não obstante o insucesso de suas idéias no seio do Parlamento, resolveu examinar, *in loco*, aquilo que, há muitos anos, havia planejado.

O idealismo e a convicção naquilo que almejava para o bem do Brasil fizeram com que VARNHAGEN, mesmo à custa de suas últimas energias, examinasse no próprio local, palmo a palmo aquilo que havia delimitado.

Pelo *Diário* de VARNHAGEN, escrito durante a longa caminhada, que se estendeu até 1887, verificamos que o Visconde de Pôrto Seguro atingira, no primeiro ano de sua heróica jornada, a Vila Formosa da Imperatriz, antigo Arraial dos Couros, nas proximidades das lagoas Feia e Formosa, onde procedeu a minudente demarcação. Terminada a sua árdua tarefa, VARNHAGEN enviou ao então Ministro de Obras Publicas mensagem em que afixa: «Na extensão percorrida há, porém, outra região não menos apropriada à colonização européia e, em seu benefício, eu creio que poderíamos, desde já, dar algumas providências a fim de a ir preparando, pouco a pouco, para a missão que a Providência lhe terá destinado, fazendo dela partir água para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul — o Amazonas, o Prata e o São Francisco e constituindo, por assim dizer, o núcleo que reúne, entre si, as três grandes conchas ou bacias fluviais do País». O Brasil já se encontra no período republicano quando o Deputado TOMÁS DELFINO, em projecto de lei, sugere a transferência imediata para o Planalto Central.

No ensejo da discussão da Carta Magna, sancionada em 24 de Fevereiro de 1891, foi aprovada a emenda dos deputados paulistas JOAQUIM DE SOUZA MURSA e RODOLFO MIRANDA estabelecendo que «ficaria pertencendo à União área de 14 400 quilômetros quadrados, que seria oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal».

Estatuindo no artigo 3º da Carta Magna de 1891, que a Capital seria transferida «para o Planalto Central da República», o marechal FLORIANO PEIXOTO, com o fim de cumprir o contido no mencionado mandamento constitucional, criou a «Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil», composta do cientista LUÍS CRULS, director do Observatório Astronômico, dos astrónomos HENRIQUE MORIZE e LACAILLE, do geólogo EUGENIO HUSSAK, do botânico ERNESTO ULE, dos médicos PEDRO GOUVEIA e AZEVEDO PIMENTEL, e dos capitães AUGUSTO TASSO FRAGOSO e HASTÍNELO DE MOURA, além de outras pessoas, num total de 22.

Em 1895, o cientista LUÍS CRULS encontrava-se acampado entre os rios Gama e Torto. No acampamento havia uma única mulher — CLARINDA DE MOURA, esposa do Capitão HASTÍNELO, que foi, sem dúvida, a primeira mulher a pisar o solo da Nova Capital. Nessa ocasião, o sábio A. GLAZIOU observou, pela primeira vez, que seria fácil criar um lago artificial, com o fechamento da brecha existente entre os chapadões Gama e Paranoá.

A mudança da Capital foi postergada, até que, em 1922, o Presidente EPITÁCIO PESSOA baixou o decreto nº 4494, que estabelecia a instalação de linha férrea ligando o pôrto de Santos ao Planalto Central. O Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, Presidente da Comissão encarregada da transferência, providenciou o lançamento da pedra fundamental da nova cidade, o que foi concretizado, em Planaltina, no dia 7 de Setembro de 1922.

A Constituição de 1934, em seu artigo 4º das Disposições Transitórias, dispunha que «será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil». A Constituição de 1937 reafirmou o ponto-de-vista mudancista.



Pormento do «Palácio da Alvorada» (do exterior)



Pormenor do «Palacio da Alvorada» — foto tirada dentro do terraço

Não obstante os tempos conturbados por que passava o país, motivados por uma conjuntura econômica estremeada pelo pós-guerra, os constituintes de 1946 inseriram na Nova Carta Magna o artigo 4º das Disposições Constitucionais Transitórias que estabeleceu: «a Capital da União será transferida para o Planalto Central do país». A inclusão desse preceito constitucional decorreu de recomendação apresentada pelo ex-Presidente ARTHUR BERNARDES, então deputado pelo Estado de Minas Gerais.

Inspirado no texto constitucional, o Presidente da República EURICO GASPARD DUTRA, nomeava e dava posse, esta a 19-11-1946 ao General POLI COELHO, antigo Chefe do Serviço Geográfico do Exército, como

presidente da Comissão encarregada de estudar a deslocação da Capital para o Planalto Central.

A Comissão POLI COELHO, em 12-8-48, apresentou relatório ao Presidente GASPARD DUTRA que, a 21 de agosto de 1948, remetia ao Congresso Nacional mensagem com os trabalhos procedidos pela Comissão que resultou na Lei nº 1803, de 5-1-52. Em 1953, a 8 de Julho, o Decreto nº 32 976 criava a Comissão da Nova Capital, sendo designado para dirigi-la o General CAIADO DE CASTRO. Essa comissão contratou os serviços técnicos da firma DONALD J. BLECHER & ASSOCIATES INC., que procedeu ao levantamento fotogramétrico de cinco sítios no Planalto Central.

Com a reestruturação da Comissão, pelo Decreto nº 36 598, de 1-12-54, foi designado para exercer a presidência da mesma o Marechal JOSÉ PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE que, após longos e demorados estudos, conseguiu demarcar definitivamente o sítio onde seria construída a futura Capital. O Presidente da República, em 5-2-55, homologou esses estudos.

Em 2 de dezembro de 1956, através do Decreto nº 38 251, a comissão foi novamente reestruturada, passando a denominar-se Comissão de Planeamento e Mudança da Nova Capital Federal e teve, como seu último presidente, o Sr. ERNESTO SILVA.

O Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK, ainda candidato à Magistratura Máxima auscultou, em todos os rincões do Brasil, a opinião do povo sobre a transferência da Capital. Prometeu, solenemente e em praça pública, no comício realizado em Jataí, que concretizaria aquilo que tantos governos, anteriores àquele que pretendia assumir, não conseguiram executar. Pareceu, a muitos, uma balela. Assumindo a presidência, numa disputa em que poderosas forças antagônicas pretendiam a primazia do povo, o Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK assinava, em 18 de abril de 1956, a hoje célebre Mensagem de Anápolis, propondo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. A Mensagem é pressurosamente transformada na Lei nº 2874, de 19-9-56.

Instalada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, quatro nomes logo se destacaram no cenário nacional: JUSCELINO KUBITSCHEK, ISRAEL PINHEIRO, o arquitecto OSCAR NIEMEYER e o urbanista LÚCIO COSTA. A energia dos dois primeiros vieram juntar-se o arrôjo da arquitectura de OSCAR NIEMEYER e a beleza da urbanização de LÚCIO COSTA. Na construção de BRASÍLIA destacou-se ainda, entre as instituições governamentais, o IAPB¹ que, sob a direcção de ENOS SADO DE SÁ MOTTA, conseguiu erguer o maior número de edificações.

Na data de hoje, 21 de Abril de 1960, BRASÍLIA aí está como um monumento à beleza, à energia, à confiança, e à capacidade realizadora e determinação de um povo — o povo brasileiro.

1 N. da R. — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

BRASIL 1960

Publicação da «Revista dos Bancários» Rio de Janeiro — 21.IV.1960

Gravuras extraídas de «Life en español», «Brasil Moderno». «Brasília» e «Módulo».

RESUMOS E CLASSIFICAÇÃO DECIMAL

Por não os termos recebido até ao início da impressão do número, não nos é possível publicar os resumos do artigo: *A usina hidroelétrica de Paulo Afonso*, do Eng.º Octávio Marcondes Ferraz, esperando poder fazê-lo no próximo número.

Por motivos de força maior não se publica a classificação decimal de todos os artigos, falta esta que será remediada no próximo número.